

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

Do domínio da terra à política: a trajetória dos Albuquerque
Maranhão na formação da Oligarquia

Ana Rosalina Vale

Natal (RN)
2006

ANA ROSALINA VALE

**Do domínio da terra à política: a trajetória dos Albuquerque Maranhão na formação
da Oligarquia**

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, para fins de conclusão do curso de Bacharelado e Licenciatura em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientada pelo Professor Luís Eduardo Brandão Suassuna.

NATAL (RN)

2006

BANCA EXAMINADORA

ANA ROSALINA VALLE

**Do domínio da terra à política: a trajetória dos Albuquerque Maranhão na formação
da Oligarquia**

Em, _____ / _____ / _____.

Luiz Eduardo Brandão Suassuna (Professor orientador)

Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva (membro da banca)

Maria da Conceição Fraga (membro da banca)

NATAL (RN)

2006

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Marcos, por sua ajuda em todos os momentos.

Aos meus filhos Lucas, Daniele, Issac e Thiago pelo afeto e carinho.

Ao professor Koquinho por me aceitar como orientanda.

E a todos os amigos que me ajudaram de todas as formas na conclusão desse curso.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 06 |
| 1 A FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO..... | 09 |
| 1.1 Da Capitania de Pernambuco ao Rio Grande do Norte..... | 09 |
| 2 A OLIGARQUIA ALBUQUERQUE MARANHÃO..... | 20 |
| 2.1 A oligarquia na República Velha..... | 20 |
| 2.2 Pedro Velho e as lutas pelo poder..... | 27 |
| 3 O PEDROVELHISMO..... | 34 |
| 3.1 O poder de Pedro Velho..... | 39 |
| CONCLUSÃO..... | 45 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 47 |

INTRODUÇÃO

Durante o período da República Velha, tanto no Rio Grande do Norte como em todo Brasil, o que se propagou e se consolidou no âmbito político foi o poder detido nas mãos de oligarquias que se formavam dentro dos Estados. Foi nesse contexto envolvendo dominação econômica, política, ideológica e também cultural que as classes dominantes nordestinas conquistaram o poder, e o mantiveram, usufruindo as benesses de uma política pautada pelo coronelismo, no âmbito local, pelas oligarquias, no âmbito regional, e pelos favores federais, no âmbito nacional, até o fim da República Velha.

No contexto brasileiro, as oligarquias têm suas origens na propriedade territorial configurada inicialmente na divisão do Brasil em capitanias hereditárias e subdividida pelo sistema sesmario. Com isso, as classes dominantes sempre teve no poder local o seu aliado, historicamente, mais remoto. Subordinando o Governo aos interesses familiares, os detentores do poder fizeram de partes do Brasil uma empresa privada, no qual a conveniência dos arranjos políticos se sobrepujam a toda ética objetiva.

No Rio Grande do Norte não foi diferente. A oligarquia Albuquerque Maranhão, que iniciou com Pedro Velho, chegou ao seu auge no governo de Alberto Maranhão. Os primeiros representantes dessa família chegaram ao Nordeste ainda no contexto das capitanias hereditárias, chegando ao Rio Grande do Norte através de Jerônimo de Albuquerque, um dos cogitados fundadores da cidade do Natal. A partir daí sua história se confunde com a história da formação do Rio Grande do Norte. Os Albuquerque Maranhão conquistaram prestígio e liderança entre as forças políticas e econômicas por serem o grande representante da economia açucareira no Estado.

O Regime Republicano além de transformar a Província em Estado, promoveu mudanças expressivas no quadro político potiguar. Mostrar como esse grupo oligárquico

estadual se beneficiou através de favores de interesses políticos e familiares agiram durante o governado Pedro Velho é um dos objetivos desse trabalho monográfico. Além disso, enfatizar todo o poder persuasivo de Pedro Velho em promover um nepotismo, não deixando seus parentes e amigos de fora do processo político, e com isso, conseguir perpetuar a oligarquia Albuquerque Maranhão por 28 anos no poder político do Rio Grande do Norte.

Segundo Luiz Eduardo B. Suassuna, “o regime Republicano no Rio Grande do Norte está instaurado e consolidado, marcado pela atuação de Pedro Velho, que assumiu o controle do poder com pulso forte, [...] distribuindo cargos eletivos entre o seu grupo familiar e de interesses”¹. Esta seria uma característica marcante da política de Pedro Velho, e sua forma de manter a oligarquia no poder. Outros autores são utilizados neste trabalho monográfico para embasar teoricamente a pesquisa feita. Autores estes, como Luis da Câmara Cascudo, que descreve minuciosamente todos os detalhes a vida pessoal e política não só de Pedro Velho, mas de todos os membros da família Albuquerque Maranhão, no Rio Grande do Norte.

Para retratar um pouco da República Velha na história do Rio Grande do Norte, utilizamos os livros de Denise Monteiro, *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, Itamar de Souza, *A República Velha no Rio Grande do Norte 1889 – 1930* e Marlene Mariz e Luiz Eduardo Suassuna *História do Rio Grande do Norte*.

No primeiro capítulo fazemos um apanhado histórico da chegada da família Albuquerque no Brasil, ainda nos tempos das Capitânicas Hereditárias, junto com o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho. A chegada dessa família ao Rio Grande do Norte esta envolta em conquistas e batalhas, principalmente com os holandeses, para fincar-se na terra como proprietários de engenhos de cana-de-açúcar e, assim, conquistar

¹ SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão, MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002. p. 211.

prestígio frente às causas políticas do Estado. Fazemos também uma linha genealógica, explicando as façanhas dos Albuquerque Maranhão até chegarmos a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Com a entrada de Pedro Velho na política e todo histórico da família Albuquerque Maranhão, vemos consagrar uma das políticas mais instituídas durante a República Velha. Formando uma verdadeira oligarquia, os Albuquerque Maranhão colocam em prática seu poder político pautado nas práticas oligárquicas, iniciadas a partir do controle local municipal pelas práticas coronelísticas, através do mandonismo e afilhadismo, entre outras práticas, utilizando o parentesco, como ainda o voto de cabresto. No segundo capítulo explicamos um pouco da política oligárquica que se instaurou não só no Rio Grande do Norte, mas também em todo território brasileiro.

No terceiro e último capítulo entramos no universo do pedrovelhismo, descrevendo como Pedro Velho utiliza o seu poder político para “encaminhar” seus parentes no âmbito político, empregando irmãos, primos, cunhados em cargos públicos ligados tanto ao Governo do Estado como no Governo Federal. Como agia com magistratura dentro do governo do Rio grande do Norte a fim de não deixar que a oligarquia Albuquerque Maranhão ficasse de fora do contexto político do Estado.

1 A FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO

1.1 Da Capitania de Pernambuco ao Rio Grande do Norte

Desde o descobrimento do Brasil que Portugal procurava uma alternativa para conservar suas terras e evitar os saques de corsários. Uma dessas alternativas foi dividir o Brasil em capitanias hereditárias. Entre os anos de 1534 e 1536, o rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Estas faixas de terras, conhecidas como Capitanias Hereditárias, foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei. Estes que recebiam as terras, chamados de donatários, tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Cabia também aos donatários combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território. Em troca destes serviços, além das terras, os donatários recebiam algumas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da região.

Foi assim que “a 10 de março de 1534, o rei D João III emite em nome de Duarte Coelho a carta de doação da capitania hereditária de Pernambuco”² que diferentemente de outros donatários, veio tomar posse de suas terras e administrá-las pessoalmente não enviando assim terceiros, junto com ele vieram também sua esposa Dona Brites Albuquerque e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, que chegaram à capitania no ano seguinte. Com eles ainda vieram diversas pessoas da nobreza, que chegaram na mesma expedição. Em grande parte a prosperidade desta capitania deveu-se ao fato do tipo de “colonizadores” que para a capitania vieram com Duarte Coelho. Um grande contingente de pessoas veio para se estabelecer nesta capitania não só com o intuito de explorar, mas

² MARANHÃO, Paulo. *A família Maranhão: do Cunhaú a Maraty*. Recife: COMUNIGRAF, 2001. p. 43.

de aqui se estabelecer, formar famílias e colonizar, diferentemente de como foi feito em outras capitanias. Tornando-se assim uma capitania atrativa pela sua prosperidade.

Duarte Coelho e sua esposa, Brites Albuquerque, tiveram muitos filhos, porém a linhagem dos Albuquerque Maranhão se deu pela parte do irmão de Dona Brites Albuquerque, já que esta não deixou descendência duradoura – pois seus filhos morreram em batalhas com índios –, Jerônimo de Albuquerque, que se casou com a índia *Muira Ubi*, batizada Maria do Espírito Santo Arcoverde, da tribo dos índios Tabajaras. Esta salvou Jerônimo de Albuquerque, que seria devorado pelos índios de sua tribo, por ter se apaixonado pelo mesmo e casa-se com ele logo em seguida.³

Foi através desse casamento que se constituiu uma trégua entre os colonizadores portugueses e os índios, a esse “acordo de paz” que se deveram as possibilidades de conquistas que viriam nos anos seguintes, já que o maior empecilho em se tratando de colonizar as terras do Brasil eram a resistência indígena.

Jerônimo de Albuquerque, o Adão Pernambucano, como também ficou conhecido, deixou uma vasta descendência, de sua união com Maria do Espírito Santo Arcoverde, cujo matrimônio não se confirmara perante as leis canônicas, tiveram oito filhos, e cinco mais com outras índias e brancas, todos, no entanto por ele legitimados. Embora já idoso quando se casara com D. Fellipa de Melo, viu nascerem-lhe onze filhos⁴. Mesmo assim Jerônimo jamais deixara de ser extremamente dedicado aquela a quem devia a vida pelo amor que lhe devotara.

Mas foi da união de Jerônimo de Albuquerque com a índia Arcoverde que nasceu o filho que deu origem à família Albuquerque Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, que mais tarde adotaria o sobrenome Maranhão, por mercê do rei D. Felipe II de Castela que acumulava a coroa de Portugal. “Por agir de forma correta, conseguiu a confiança das duas

³ LACERDA, Paulo de Albuquerque. *Um Albuquerque entre outros...* p. 47

⁴ *Ibid.*, p. 48.

raças o que muito contribuiu para consolidação da presença portuguesa no Brasil”⁵. Quando o autor faz essa colocação ele nos transmite a interação que havia entre o filho de Jerônimo e a índia Arcoverde, com os povos indígenas, do qual era descendente, que foi de fundamental importância para a consolidação definitiva dos portugueses e suas futuras conquistas.

O sobrenome Maranhão foi por ele adotado após a vitória portuguesa, na expulsão dos franceses do Maranhão, que se aproveitando do estado de abandono da capitania pretendia fundar uma colônia a qual batizaria de França Equatorial.

Abandonada pelos portugueses por quase cem anos, encontrava-se aberta a região a cobiça dos estrangeiros que praticavam o saque levando para Europa grande quantidade de madeira. O nobre Daniel de la Touché, que tinha o título nobiliárquico de senhor de Ravardiére, se estabeleceu em São Luiz, no ano de 1594, com a intenção de criar uma colônia batizada de França Equatorial. Esta empreitada teve algum sucesso econômico, o que tornou a ação do senhor de Ravardiére interessante aos olhos dos seus sócios. Este senhor recebeu do rei de França, Henrique IV, em 1605, por doação *in partibus infidelium*, toda aquela área. O rei doava o que não lhe pertencia no entendimento do monarca português. Por esse motivo foi considerada ação de pirataria a ocupação francesa financiada pela sociedade por cotas.⁶

Considerando este um fato abusivo, os pernambucanos tomaram a frente de batalha, numericamente desfavorecidos dentre outros fatores adversos. Os pernambucanos venceram a batalha, que ficou conhecida como “A Jornada Milagrosa”. À frente desta missão estava Jerônimo de Albuquerque, que para perpetuar o seu grande feito militar adotou o sobrenome Maranhão, que ano de 1614 foi renomeado pelo Governador Gaspar de Souza no Maranhão, e juntamente com ele seus outros três filhos também o fizeram, Antônio, Mathias e Jerônimo, estes filhos de Dona Catarina Pinheiro Feio.

⁵ MARANHÃO, Paulo. *A família Maranhão*, p. 78.

⁶ *Ibid.*, p. 88.

É verdade que Jerônimo veio ao mundo com o prestígio dos seus ascendentes mas logo que lhe foi oferecida a oportunidade demonstrou o seu valor pessoal, como cabo de guerra e empresário, iniciando no Rio Grande do Norte, a exploração do açúcar. Distinguiu-se ainda pelo tino administrativo demonstrado quando governou o próprio Rio Grande do Norte e o Maranhão.⁷

Após expulsar os franceses, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, conquista Natal no ano de 1599. No ano de 1604, ao lado dos Filhos Antônio e Mathias, fundou a casa de Cunhaú, que era um engenho movido de água corrente, um engenho real, segundo a terminologia da época. A esse fato deveu-se o desenvolvimento do plantio e cultivo de cana-de-açúcar e mais tarde o desenvolvimento da plantação de algodão e de criação de gado no sertão nordestino. De fato o açúcar foi responsável pelo enriquecimento da Capitania de Pernambuco e conseqüentemente da família Albuquerque Maranhão.

“Amando o Rio Grande do Norte, adotou-o como o segundo lar, fundando a casa de Cunhaú, berço da família Albuquerque Maranhão, na qual instalou o engenho para a fabricação de açúcar, sendo pioneira nessa atividade nas terras potiguares”⁸. Foi através dessa atividade que a família se estabeleceu e se uniu diante da atividade econômica e da posse da terra. Foi assim que Jerônimo de Albuquerque Maranhão reuniu a sua família e fez crescer ainda mais o prestígio dessa família. “Ele era daqueles homens que acreditavam na cultura da cana e na fabricação do açúcar como atividade econômica. O segredo da produção aprendeu com o pai e ensinou aos filhos”⁹.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão cedeu para seus filhos Mathias e Antônio a concessão de sesmarias, consideradas áreas muito extensas pelo rei, e determinou que fosse reduzida a metade do tamanho original em 1614. Somente após a morte de Jerônimo de

⁷ MARANHÃO, Paulo. *A família Maranhão*, p. 80.

⁸ *Ibid.*, p. 87.

⁹ *Ibid.*, p. 99.

Albuquerque Maranhão, no ano de 1628, “foi baixada nova provisão real, confirmando, em favor dos filhos, a posse das sesmarias, obedecida a extensão original”.¹⁰

Há data sesenta e cinco de Jerônimo Albuquerque a seu filho Antonio Albuquerque em dois de maio de seiscentos e quatro e assim a Mathias Albuquerque, a qual data he cinco mil braças de terra em quadra na varze de Cunhaú comesando a medir donde entra a ribeira de piquis em curumataú, desta terra se cuidou no principio pella grandeza das várzeas, e boas e muitas agoas que se podião fazer nellas cinco ou seis emgenhos de açucar. Andando ho tempo mostrou a esperiência não ser a terra toda boa para cannas por averem plantado na dita várzea em algumas partes sem naser por a çequidão da terra, e outra por ser muito alaguada alem do emgenho que hoje tem feito Jerônimo Albuquerque e de agoa se pode ainda fazer outro de agoa tão bem, pêra o qual tem ya atirado o liuel e vay prantar cannas.¹¹

A casa de Cunhaú foi de grande importância para a Família Albuquerque Maranhão, vejamos o que diz Paulo Maranhão:

A posse da terra era instrumento que quase sempre levava o dono ao poder. Com o prestígio que a terra lhes dava, esses homens se transformaram em pessoas poderosas capazes de influir nos destinos da sociedade. A casa foi a maneira encontrada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão para manter a família unida, mediante o exercício do poder político e da atividade econômica. Arquiteticamente, em nada lembra o desenho de um castelo medieval. Porém, como aquele simboliza o prestígio da família que se estendia do Rio Grande do Norte até Pernambuco, atravessando a Paraíba.¹²

“Cunhaú foi o feudo hereditário da família Albuquerque Maranhão, pelo espaço de quase três séculos. Falar-se em Albuquerque Maranhão era o mesmo que se referir a Cunhaú”¹³, reafirma a visão de Paulo Maranhão, o escritor Olavo de Medeiros Filho ao destacar a importância de Cunhaú na vida dos Albuquerque Maranhão. Os Maranhão optaram pelo arrendamento da terra, ficando então a critério dos lavradores cultivar e

¹⁰ MARANHÃO, Paulo. *A família Maranhão*, p. 100.

¹¹ Translado do auto de repartição das terras da Capitania do Rio Grande, aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 1614, páginas 37 e 38. (MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Engenho Cunhaú: à luz de um inventário*. Natal: Fundação José Augusto, 1993. p. 7-8).

¹² MARANHÃO, Paulo. Op. cit., p. 102.

¹³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Op. cit., p. 8.

fornecer a cana-de-açúcar para o engenho. Voltamos aqui ao fato da importância que tinha a terra na organização social dessas capitanias e em especial com relação a essa nascente sociedade açucareira.

Esse sistema foi responsável por um modelo de estrutura social que perdurou por séculos, no qual o interesse econômico tornava cúmplice todos os integrantes do mesmo núcleo, na busca do objetivo comum. A partir desse movimento de agregação, formou-se uma corrente de atuação, tendo por base a propriedade e a família.¹⁴

Foi baseado nesse sistema que a família Albuquerque Maranhão embasou o seu poderio econômico e político.

Com a morte de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, seus filhos Antônio e Mathias de Albuquerque Maranhão ficaram responsáveis pela administração da casa do Cunhaú. Devido a sua alta produtividade e “constituída por extensas áreas de terra, canaviais, cultura de subsistência, gado, pastagens, matas, casas e demais construções rurais” despertou a cobiça de muitos, inclusive dos holandeses, e no ano de 1637 foi confiscado pela Companhia das Índias Ocidentais, que nesse momento já havia tomado Pernambuco.

Um fato histórico ocorreu no Engenho de Cunhaú durante a permanência dos holandeses. Em 16 de julho de 1645, aconteceu o massacre perpetrado por tapuias Janduís, comandados pelo alemão Jacob Rabbi, onde pereceram dezenas de moradores portugueses, ficando conhecido como o Massacre de Cunhaú. Quase dois anos após o massacre, Cunhaú foi incendiado pelo Sargento-mor Antônio Dias Cardoso, quando o engenho estava em preparativos para a moagem da cana-de-açúcar. Era a aplicação da política de “terra arrasada” que vinha sendo empregada nas várzeas de Pernambuco.

¹⁴ MARANHÃO, Paulo. *A família Maranhão*, p. 103.

Só em 1654, a mesma voltaria às mãos da Família Maranhão. Apenas Mathias assumiria a administração da mesma, pois seu irmão Antônio havia partido para Lisboa e lá fixou residência, passando assim para as mãos de Mathias, por meio de procuração. A descendência dos Albuquerque Maranhão fica por parte de Mathias, o único que deixa descendência duradoura, e que usou o sobrenome Maranhão. Com o falecimento do administrador do engenho em 1685, quem assume como sucessor e herdeiro de Cunhaú foi seu quinto filho, Afonso de Albuquerque Maranhão.

Fidalgo da casa Real, senhor do engenho de Cunhaú e capitão-mor de Goianinha, casa-se com D. Isabel de Barros Pacheco¹⁵, este desempenhou importante papel, na chamada Guerra do gentio Tapuia, cujo epicentro foi a Capitania do Rio Grande. Afonso combateu o tapuia janduí, na repressão do motim indígena que aconteceu na ribeira do Acauã, onde os Albuquerque Maranhão possuíam uma extensa sesmaria.

A família Maranhão demonstra enorme exemplo de amor a sua terra ao defendê-la das invasões estrangeiras durante o século XVII. Um dos filhos da família Maranhão que derramou seu sangue na luta pelas suas terras foi André de Albuquerque Maranhão, quarto neto de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e quinto filho de Gaspar de Albuquerque Maranhão. André de Albuquerque, nascido por volta de 1742, foi o quinto senhor do Engenho de Cunhaú, casou-se com D. Antonia Josefa do Espírito Santo Ribeiro. No cervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, encontra-se um documento relacionado com André de Albuquerque Maranhão.

André de Albuquerque Maranhão cazado de idade de vinte e seis annos pouco mais ou menos filho Legitimo do Capitão Mor Gaspar de Albuquerque Maranhão assenta praça de Coronel do novo Regimento da Cavalaria Auxiliar formado nos distritos das villas de Arez, Villa Flor, Tamatanduba e Cunhaú desta Capitania por patente pelo Illustrissimo Senhor Conde de Pavolide Governador e Capitão General de Pernambuco, e mais capitancias anexas e cumpra-se do Capitão mor desta

¹⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Engenho Cunhaú*, p. 13.

Capitania Joaquim Feliz de Lima e intervenção do Provedor da Fazenda Real e vedor geral da gente de guerra interino o Capitão Joze Pedro de Vasconcellos Registrada no livro que serve de Registos de Patentes nesta Provedoria da Fazenda L 3 nesta cidade do Natal em sette de Dezembro de mil settecentos e secenta e oito. (à margem) – passei fé de officio em o 1º de 7.bro de 1784, falecido em 8.bro de 1806.¹⁶

Pelo que apresenta o documento, André de Albuquerque Maranhão faleceu em 1806 deixando quatro filhos: André de Albuquerque Maranhão – o revolucionário –, Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão, Antônia de Albuquerque Maranhão e Luzia Antônia de Albuquerque Maranhão.

O revolucionário André de Albuquerque Maranhão nasceu no Engenho de Cunhaú no ano de 1773, pois em seu depoimento em 27 de maio de 1801, declarava-se ele “branco, solteiro, Capitão-mor das ordenanças de Vila Flor e Vila de Arez, da Capitania do Rio Grande do Norte, fidalgo cavaleiro que vive de agricultura, de idade de vinte e oito anos”¹⁷. Muitos já cuidaram de escrever sua biografia, como a professora Isabel Gondim. A respeito dessa personagem da história do Rio Grande do Norte, que foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, encontra-se arquivado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o seguinte registro.

André de Albuquerque Maranhão era Capitão Mor das Ordenanças da Divisão do Sul desta Capitania, assenta praça de coronel da Cavalaria Miliciana da mesma Divisão do Sul pro Patente Real do Príncipe Regente Nosso Senhor, e cumpra-se do Excell.mo sr. Gen.al de Pern.co e do Illmº Snr Gov.or desta Cap.nia e intervenção do Vedor Geral da Gente de Guerra, reg.da a fl. 180 do Lº 2 que serve do regº de Patentes das Tropas Milicianas em ... de Novembro de 1808. (à margem): falecido na Cadeia da Fortaleza dos St's Reis Magos em 26 e Abril de 1817 em consequência da ferida que recebo no acto da Prizão que lhe fizerão na véspera daquele dia os fieis vassalos de Sua Magestade hunidos debaixo das suas Rs.bandeiras p.ter o mesmo sido o Chefe da Rebelião desta Cap.nia, Por ato do Govº 12 de 9bro. de 1818 a Lº N 80. Leitão.¹⁸

¹⁶ Livro de Assentamentos Pertencente ao Regimento da Cavalaria Auxiliar formada nos Distritos das Vilas de Arez, Vila Flor, Tamatanduba e Cunhaú, da Capitania do Rio Grande. (MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Engenho Cunhaú*, p. 15-16).

¹⁷ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v. 60, p. 34 e 41. (Ibid., p. 28).

¹⁸ Ibid., p. 28-29.

André de Albuquerque Maranhão casou-se com sua prima Filipa de Albuquerque Maranhão, mas não deixou herdeiros. Com a sua prisão e morte, em consequência de sua participação na Rebelião de 1817, quem assume a gerência dos negócios da família é seu sobrinho André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, salvando-a da decadência econômica. Cunhaú, propriamente dito, ocupava o centro das terras, tendo como satélites as usinas “Maranhão”, “Bom Pastor”, “Torres”, “Antônia Freira”, “Mangueira”, “Cruzeiro”, e “Estrela”, tudo isto transformado por este último senhor da casa de Cunhaú, o conhecido como o Brigadeiro Dendê Arcoverde, um verdadeiro feudo, onde o seu arbítrio era a única lei para ser cumprida.¹⁹

Uma particularidade curiosa e tradicional desta família é que os pré-nomes Antônio, André, Jerônimo, José, Pedro e Mathias repetem-se com tanta frequência, que chegam a causar confusão a quem se propunha identificá-los. Assim, André de Albuquerque Maranhão, tinha um filho André, que se destacou na Rebelião de 1817, e um sobrinho do mesmo nome, cujos feitos se confundem muitas vezes.

A prosperidade de Cunhaú, com Mathias de Albuquerque Maranhão e seus irmãos, transformou o eixo Natal-São José de Mipibú-Goianinha-Canguaretama-Nova Cruz, em várias propriedades de descendentes seus e de outros parentes que para ali afluíram. E a partir daquele começo de século até fins do século XIX, as descendências vão se amalgamando e multiplicando.

Antes de 1841 batia o agreste e o litoral Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, vindo de velhas famílias ilustres que o tempo empobrecera, era filho de Pedro Velho do Rego Barreto e Isabel Cândida da Câmara de Albuquerque. Conseguindo emprego como caixeiro-viajante de Fabrício Pedroza, conhecido também como Fabrício-Velho, que era

¹⁹ LACERDA, Paulo de Albuquerque. *Um Albuquerque entre outros...*, p. 53.

senhor de engenho, proprietário, comprador de gado, algodão e açúcar, casa-se com D. Feliciano Maria, filha de Fabrício Velho com sua primeira esposa.

Câmara Cascudo diz que Amaro Barreto era “o braço esquerdo do sogro” pois “o braço direito era o próprio Fabrício-Velho”. Ele tomava conta e morava no engenho de Jundiaí. Da sua união com D. Feliciano Maria nasceram seus catorze filhos dentre eles o primogênito, Fabrício Gomes Albuquerque Maranhão (1852), e Maria da Silva (1853) e Pedro Velho Albuquerque Maranhão (1856), Augusto Severo (1864) entre outros. Negociara de 1840 a 1880 quando comprou o engenho Ilha Maranhão, passando a ser agricultor até 1888. Neste ano fixou-se em Natal, já adoentado, vendo os filhos já encaminhados, construiu a Casa Nova, na avenida Junqueira Aires – hoje funciona o Museu da Imprensa Oficial –, mudando-se a 15 de janeiro de 1895.

Após a morte do seu pai, Pedro Velho continuou a residir no casarão, sede da política e da administração do Estado até 1907. Amaro Barreto não transmitiu aos filhos o interesse comercial da profissão, alguns tentaram sem maior êxito. Augusto Severo afirmava-se como caixeiro e seu irmão Adelino igualmente andava negociando, mas “faltavam a todos o tino real do interesse, a força na dedicação do lucro, a obstinação na batalha, como tiveram, o pai e o avô materno”.²⁰

Das viagens constantes de Amaro Barreto nasceu a fama de cigano. Seus filhos todos altos, claros e robustos destacavam-se facilmente, onde quer que estivessem. Todos afirmavam que eles descendiam mesmo de ciganos, porém nada tinham em comum a não ser o nomadismo, a robustez e a beleza física. Outra peculiaridade dos descendentes de Amaro Barreto era a paixão por música, versos, literatura.

Todos cantavam. Deliciavam-se conversando sobre as figuras dos romances lidos, comparando-as. Naquele tempo em que a educação feminina ia às prendas

²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Departamento de Imprensa, 1956. p. 17.

domésticas, as meninas de “seu” Amaro tocavam piano, entoavam romanzas, diziam versos, pintavam. Não sendo rico, Amaro educou como pode os filhos. Facilitou a vocação notória de alguns. Escolheu os melhores colégios no Recife. Pedro Velho seguiu Medicina na Bahia. Augusto Severo engenharia no Rio de Janeiro, Amaro Barreto Filho música. O Pai mandou-o a Paris. Amarinho lá ficou, estudando piano e casou.²¹

De 1852 a 1859 Amaro Barreto residiu em Natal, indo sempre a Macaíba fiscalizar os negócios. Seu quarto filho, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, nasceu em Natal, no ano de 1856. Criou-se viajando com o pai nas jornadas Macaíba-Guarapes-Ceará-mirim-Canguaretama, neste último indo para o Engenho da Ilha Maranhão. Em natal estudou as primeiras letras e as elementares noções da língua nacional. Com seus dez anos foi para o Ginásio Pernambucano, mas pouco tempo depois, seu pai transferiu-o para o Colégio Abílio na cidade de Salvador, na Bahia, conciliando os estudos com a música e o piano.

Terminou o curso ginásial em 1872 e em março de 1873 matriculou-se na faculdade de Medicina. Doutor em medicina, Pedro Velho casa-se com sua tia D. Nila, Petronila Florinda Pedroza, filha do seu avô materno, Fabrício Gomes Pedroza. Casou no Rio de Janeiro e viajou para o Rio Grande do Norte, iniciando a lua-de-mel na cidade de São José de Mipibú, clinicando e tendo uma botica.

Em 1887, tinha cinco filhos: Sofia, Dalila, Mário, Gastão e Ernesto. A vida doméstica era-lhe essencial e positiva, dela retirava a força para resistir e trabalhar. A jovem família crescia, no que se totalizaram treze filhos.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 18.

2 A OLIGARQUIA ALBUQUERQUE MARANHÃO

2.1 A *oligarquia* na República Velha

O termo *oligarquia* “serve para designar os grupos dominantes locais (estaduais) que fazem uso do seu predomínio econômico para controlar o nível político”²², mais especificamente, o termo oligarquia determina grupos de base latifundiária burguesa, que monopolizam o poder local de uma região através da política, controlando os cargos públicos nas Câmaras legislativas municipais e prefeituras, Câmaras estaduais e Governos estaduais, chegando até, como no caso das oligarquias café-com-leite, à Presidência da República.

Fazendo uso de toda estrutura pertencente à máquina pública em todos os aspectos, os grupos regionais oligárquicos faziam o controle do acesso político dos adversários. O eleitor completamente analfabeto não tomando conhecimento dos fatos cotidianos de sua região ou do país, a não ser em casos esporádicos, tinha o patrão como benfeitor e era dele na verdade, que recebia os únicos favores que sua existência conhecia. No plano político lutava com o coronel e pelo coronel. Eram os votos de cabresto, que resultavam, em grande parte, da organização econômica e que permitiram ao oligarca – no aspecto mais local, porém, base de sustentação da estruturação oligárquica – ao coronel ter nas mãos as diretrizes políticas locais, já que o eleitor, submetido ao voto aberto, tinha seu posicionamento político revelado.

²² MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986. p. 74.

O eleitor se caracterizava por ser um homem simples, de condição de vida precária, submetido ao mandonismo²³ local, sujeito às imposições do senhor oligarca. Juntava-se ao controle do voto e finalizava esse processo de controle da máquina política, o mecanismo do controle das leis que se dava através do Poder Legislativo mediante leis que facilitavam o mecanismo de controle da oposição, e adversários político-partidários.

Na República Velha, de local, o poder oligárquico estende sua ação política para o poder estadual e nacional, segundo os autores Luíz Eduardo B. Suassuna e Marlene Mariz, “passa a vigorar a disputa presidencial pelos estados mais prósperos e populosos, a interdependência do político com o econômico e a Política dos Governadores que foi a mola mestra para a consolidação das oligarquias nos estados.”²⁴

Desde o 15 de novembro de 1889, os oligarcas se empenhavam em implantar um modelo republicano que garantisse autonomia aos estados, o que se chocava com os interesses militares da ditadura positivista contrária a esse tipo de controle. Ao mesmo tempo o povo assistia tal disputa como meros espectadores desprovidos do ato do voto.

Essa forma de funcionamento do poder oligárquico estabelecido no Brasil nas primeiras décadas do século XX duraria até a Revolução de 1930 e o Estado Novo, quando se adota e se executa uma política governamental de centralização do poder.

O fortalecimento das oligarquias rurais estaduais se deve, em grande parte, a autonomia dada aos estados com a Constituição republicana de 1891. Deve-se observar com a consolidação da dita constituição o fortalecimento das oligarquias do café, representadas pelo PRP (Partido Republicano Paulista), e do leite, representado pelo PRM (Partido Republicano Mineiro) e apela oligarquia gaúcha, que se destacaram como os

²³ Característica do sistema coronelista junto com o afilhotismo, o falseamento do voto e desorganização dos serviços públicos locais. (LEAL, Victor Nunes. *O coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. p. 43.)

²⁴ SUASSUNA, Luíz Eduardo Brandão, MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte: Império e República (1822-1934)*. Natal: Gráfica Santa Maria, 1999. p.224.

grupos oligárquicos de maior influência nacional. As duas primeiras oligarquias – do café (paulista) e do leite (mineira) – se revezaram no poder até a Revolução de 1930.

Observa-se que, mesmo por causa desse grande controle de poder, as oligarquias nos estados, não expressavam uma harmonia oligárquica. No interior dos estados, oligarquias rivais lutavam entre si pelo poder. Na busca de modificar essa situação, onde o poder político se caracterizava por uma descentralização localista, no ano de 1900 o presidente Campos Sales criou um artifício político visando um maior controle sobre os estados.

Foi instituído um pacto intra e inter-oligárquico, conhecido como Política dos Governadores. Por esse pacto, as oligarquias estaduais davam total apoio ao governo federal, e este, em troca, comprometer-se-ia a não intervir nos estados, deixando as oligarquias governá-los como lhes conviesse.²⁵

Tratava-se de um acordo entre os governantes dos estados e o Governo Federal na forma de uma barganha política, na qual os grupos políticos que governassem os estados se comprometiam a dar apoio ilimitado ao representante federal. Dessa forma pode-se dizer que a consolidação do poder das oligarquias locais, regionais e, até mesmo, nacionais inicia-se no governo Campos Sales.

Outra parte era o fato de que o Governo Federal só permitia a vitória de deputados pertencentes a grupos ligados à oligarquia estadual, com impedimento da posse dos eleitos pelos partidos de oposição, através da Comissão Verificadora do Governo federal. Essa forma de controle Legislativo fazia com que os grupos oposicionistas perdessem qualquer possibilidade de acesso a cargos eletivos, mesmo após eleições em que saíssem vitoriosos.

Essa forma de relação política entre o Governo Central e os governos estaduais começou a entrar em crise na década de 1920 com a pressão política do movimento

²⁵ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, ALBUQUERQUE, José Geraldo de. *Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001. p. 85.

tenentista. A famosa crise dos fins da República Oligárquica decorre da ascensão de forças emergentes, sobretudo urbanas e industriais, que tinham interesses divergentes das oligarquias tradicionais.

O ambiente nordestino apresentou, ao longo do tempo, uma estrutura econômica onde sua base estava na atividade agro-exportadora da produção açucareira, dentro de uma mentalidade colonial, inserida no ambiente do litoral e, tendo como parceria, a atividade pecuária, no interior a partir do século XVII. Atividade inicialmente vinculada ao mercantilismo e, posteriormente, enquadrada no esquema do capitalismo internacional, a economia açucareira influenciou a vida política brasileira em diferentes períodos.

Grupos ligados à política formaram, ao longo do tempo, as bases das estruturas políticas locais e passando pelo Império e se consolidando na República Velha, obtendo neste último período maior estabilidade, no poder local, geralmente municipal. Porém nem só de açúcar, tabaco e ouro se constituíam a exportação brasileira, mas também do algodão. A produção ocupa uma extensa área territorial, sobretudo no Norte agrário do Brasil (Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), ocupando áreas de pecuária que proporcionavam uma renda adicional aos fazendeiros de gado.

O algodão, intimamente ligado ao pensamento liberal de produção, com suas novas relações sociais, e como produto de extrema importância para a indústria têxtil européia, viria a financiar a burguesia agrária nordestina, inclusive a oligarquia agrária sertaneja do Seridó e Oeste potiguar.

Na política, o ambiente conturbado envolvido no conflito entre as tendências que buscavam maior liberdade para os Estados através da federação e entre os defensores do processo de centralização republicana, faz surgir a figura do coronel. Tendo seu surgimento baseado nas relações sociais do meio rural, especificamente, relações de

parentela²⁶, tal personagem entende o ambiente político apenas como uma extensão destas relações onde o voto é elemento essencial. O parentesco e o afilhadismo são elementos fundamentais da formação e manutenção do poder local do coronelismo.

É nesse ambiente que surge o discurso oligárquico no qual a base de todas as explicações para as mazelas que acometeram a região nordestina, como a fome, o analfabetismo, as epidemias e, até mesmo, o comportamento rude do homem nordestino e a seca, é usada como elemento anulador dos conflitos socioeconômicos e políticos. Era importante como satisfação ao Governo Central na busca de recursos mantenedores do sistema oligárquico, expor a idéia de um Nordeste seco e árido. Desfecho na realidade de uma tragédia fictícia, estruturada regionalmente a partir do domínio do latifúndio e legitimada pela intelectualidade da época, como Euclides da Cunha na sua obra “Os Sertões”.

No meio de todo esse aparato socioeconômico, político e ideológico estava o homem simples, instrumento de dominação, sem poder ativo, passivamente tragado e entregue a propagação de um discurso conservador da elite dominante; propagação esta, feita pelo próprio homem nordestino ou de outras regiões, contendo a idéia de que a região nordestina é inviável, garantindo assim, a perpetuação do poder nas mãos dessa elite regional (nordestina).

Historicamente o que se percebe são as relações de poder, onde se vê a formação de grupos sociais garantindo a manutenção do poder nas mãos de uma elite dominante, que tem o suporte agro-exportador ou, posteriormente, industrial o controle da cultura e da economia regional como sua base para o conservadorismo político. Foi nesse contexto envolvendo dominação econômica, política, ideológica e também cultural que as elites

²⁶ Esta era formada por um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais). (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. [s.l.]: Bertrand Brasil, 1990. p. 164.).

nordestinas conquistaram o poder e o mantiveram, usufruindo as benesses de uma política pautada pelo coronelismo, no âmbito local, pelas oligarquias, no âmbito regional, e pelos favores federais, no âmbito nacional, até o fim da República Velha.

As oligarquias no Rio grande do Norte, como em todo o Brasil da República Velha, possuíam suas bases mantedoras do poder econômico e, conseqüentemente, político fincadas na atividade agro-exportadoras. No início do processo, foi o coronelismo a base de dominação da elite agrário-exportadora, pois as oligarquias só vieram a se fortalecer com a chegada da República em 1889. Há uma ligação do republicanismo oligárquico coma estrutura coronelística, especificamente, a dos Albuquerque Maranhão, no Rio Grande do Norte.

O movimento republicano no Rio Grande do Norte teve como principal liderança Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, membro de uma das mais importantes famílias da província. Antes mesmo da fundação do Partido Republicano norteriograndense (27 de janeiro de 1889), Pedro Velho já assumira a liderança do movimento republicano, constituindo-se numa das principais lideranças oposicionista da província.²⁷

Esse grupo estadual teve seu poder político também pautado nas velhas práticas oligárquicas, iniciadas a partir do controle local municipal pelas práticas coronelísticas, através do mandonismo e afilhadismo, entre outras práticas, utilizando o parentesco, como ainda o voto de cabresto e o uso da violência contra o eleitor.

O grupo Albuquerque Maranhão possuía como centro de sua atividade mantedora o açúcar, obtido da cultura processada no litoral oriental do Estado. Nesse aspecto, essa oligarquia que esteve à frente do Rio Grande do Norte durante 28 anos (de 1890 a 1918), procurou em todo esse tempo implantar um sistema de beneficiamento do açúcar, como

²⁷ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, ALBUQUERQUE, José Geraldo de. *Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte*, p. 78.

parte do projeto de sua manutenção econômica e de reestruturação da produção desse produto que se deparava com uma crise desde o século XIX.

Paralelamente, no sertão do Seridó norterio-grandense, se processava a formação da oligarquia Bezerra de Medeiros, baseada na produção de algodão, alavancada com o surto algodoeiro que vinha desde o século XIX, resultante da queda da produção cotonífera norte-americana, que não conseguia mais suprir o mercado europeu em expansão devido à Guerra de Secessão (1861-1865).

Nessa oligarquia o ícone inicial foi o senador José Bernardo de Medeiros, chefe político respaldado pelo poder local seridoense que participou do início da formação dos poderes político, econômico e social dos coronéis do Seridó que

Mais tarde, em 1923/24, deram respaldo à ascensão de José Augusto e Juvenal Lamartine, num processo onde os conflitos que marcaram essas mudanças opunham a “política do agreste” (chefias políticas mais vinculadas aos interesses do açúcar) à política do Seridó (chefias políticas ligadas aos interesses do algodão).²⁸

Tanto a oligarquia Albuquerque Maranhão quanto a oligarquia Bezerra de Medeiros guiavam sua forma de agir, tanto na política como na organização econômica, por duas tendências básicas.

A primeira é representada por uma série de medidas visando a superação da crise da produção açucareira e que se orientam para o problema do êxodo da mão-de-obra – problema que afetava também a lavoura algodoeira –, para a questão do financiamento direto e incentivo à produção e para a necessidade de desenvolver-se a infra-estrutura da comercialização do açúcar; a segunda tendência básica da política agrícola do período manifesta-se numa preocupação oficial constante com a fiscalização e cobrança da taxa de exportação do algodão.²⁹

²⁸ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar. 1930/35*. Natal: EDUFRN, 1996. p. 19.

²⁹ MONTEIRO, Denise M., LIMA, Hermano Machado F. *História político-administrativa do RN. 1882-1930*. Natal: UFRN, 1987. p. 19.

Esse aparato de controle oligárquico dos Albuquerque Maranhão começou a decair a partir da segunda década do século XX. Havia contribuído para tal decadência a idéia geral dessa oligarquia que insistia em resistir aos novos rumos da economia mundial pautados no viés do capitalismo liberal. Talvez, ainda ligado ao capitalismo liberal, tenha sido fruto da mentalidade do oligarca ligado à produção açucareira, mentalidade mais de proprietário de terras que de industrial, que considera sempre como símbolo de progresso, de prosperidade em seus negócios, aglutinar mais terras em torno de si.

Todo o processo de mudança nas diretrizes do poder oligárquico no Rio grande do norte chega a seu ápice na década de 1920 quando o novo comando político liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, ligados ao cultivo do algodão, chega ao poder. Deste modo a oligarquia Albuquerque Maranhão finda sendo substituída pela oligarquia Bezerra de Medeiros mais afinada com o capitalismo. O que se verifica é que, além da troca política no Estado entre as oligarquias, também houve a troca das diretrizes na política agrícola. Passou a valer uma política agrícola voltada para o sertão e tendo como principal produto beneficiado o algodão em substituição a anterior política agrária do açúcar e do sal.

2.2 Pedro Velho e as lutas pelo poder

Os anos entre 1889-1930 compreenderam um período dominado por um estado Oligárquico, Segundo Norberto Bobbio todo Estado é uma oligarquia na medida em que é dirigido por uma minoria³⁰. E o que pode ser observado ainda nesse cenário é que a economia estava fortemente ligada a evolução política.

³⁰ Norberto Bobbio Apud LINDOSO, Jose Antonio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão a política do Seridó*, p. 20.

Foi em meio aos acontecimentos decorridos, a instauração da República no ano de 1889, o fim do centralismo monárquico, a maior autonomia das classes dominantes nas direções dos aparelhos regionais de Estado, que desse novo sistema que tiveram origem as oligarquias, este processo de fortalecimento das oligarquias se deu com mais intensidade a partir do governo de Floriano Peixoto.

Para garantir o poder das classes dominantes no plano estadual, as alianças entre os grandes coronéis, já que o sistema republicano garante a todos os alfabetizados o direito ao voto, ficavam na responsabilidade de garantir a hegemonia da facção dominante.

Mas o monopólio de poder foi mantido através de mecanismos eleitorais como o chamado “voto de cabresto”. Através dele, os grandes proprietários – os coronéis –, na época das eleições para vereadores, deputados, senadores e presidente da república, arregimentavam, financiavam e controlavam em seus municípios, os votos da massa de eleitores, não necessária e realmente alfabetizados, que viviam sob o seu domínio e dele dependiam. Dessa forma, as estruturas de poder não só foram mantidas, como ainda ganharam uma aparência de legitimidade.³¹

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte era um pequeno núcleo, que teve uma representação pouco significativa. Efetivamente organizado foi o Centro Republicano Seridoense, em 1886, por um jovem acadêmico de direito, Janúncio da Nóbrega, nesse momento, segundo Câmara Cascudo, os ideais republicanos e a fundação do partido não atraíram tantos adeptos, nem muito menos gente das classes mais abastadas. O Partido republicano, foi fundado tardiamente, no dia 27 de janeiro de 1889, as vésperas da proclamação da República, e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, jovem médico de família tradicional e rica, era o presidente da comissão executiva do partido.

Pedro Velho se formou em medicina no rio de Janeiro e, posteriormente [...]. Tornou-se abolicionista no ano em que a escravidão foi abolida, fundando a “Sociedade Libertadora Norte-Riograndense”, que existiu entre janeiro e maio de

³¹ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 207.

1888 da mesma forma, tornou-se republicano no ano em que a República foi proclamada, aceitando sua indicação para liderar os “republicanos” da província, com a fundação do partido republicano do Rio Grande do Norte, em Janeiro de 1889. Dessa fundação participaram, entre outros, cinco irmãos de Pedro Velho, além de dois primos, descendentes da secular família Albuquerque Maranhão, somando 114 pessoas.³²

Também neste ano, 1889, foi fundado o jornal *A República*, no dia 1º de julho, este último era órgão oficial do novo partido.

Estava fundado o partido, mas este precisava de um órgão na imprensa que lhe expressasse as idéias, os anseios e as aspirações. Pedro Velho entrou a pelejar, e a 1 de julho de 1889 lançava “A República”, jornal que ainda hoje existe, e em cujas colunas estão registrados todos os fastos da história potiguar e nas quais sucessivas gerações têm encontrado o manancial em que se abeberaram de liberalismo [...]”³³

De certa forma Pedro Velho sabia que, quem liderasse o partido republicano e tivesse controle sobre essa situação estaria um passo a frente de outros que almejavam o poder do Estado.

Nesse processo de transição da Monarquia para a República, o grupo oligárquico que em cada Estado conseguisse fundar um partido republicano estadual, mantendo o seu controle, dominaria o governo desse estado, ou seja, a máquina administrativa e a renda pública. A corrupção, o empreguismo e o Nepotismo seriam a marca desse sistema de poder.³⁴

E foi exatamente assim que aconteceu, no momento em que foi proclamada a República Pedro Velho assumiu o poder por indicação de Aristides Lobo e formou uma equipe de governo, cujos nomes marginalizava os republicanos mais antigos, o que gerou descontentamentos e revolta, culminando com a intervenção do governo federal e substituição de Pedro Velho por outro governador. Por muitos anos, ou pelo menos até a posse de Pedro Velho em definitivo para o governo do Estado, o que foi visto não só no

³² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução a história do Rio Grande do Norte*, p. 211.

³³ AUGUSTO, José. *O Rio Grande do Norte no senado da República*. Brasília: [s.e], 1980. p. 50.

³⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 210.

Rio Grande do Norte, mas em todo país, era uma grande instabilidade devido a transição do sistema e a readaptação a esse novo caminho a ser trilhado pelo país, e a dificuldade de desvinculação do centralismo que existia, herdado do período monárquico.

Apesar de não ter sido o governador, nesse momento, a participação de Pedro Velho na política ficara sempre presente até o momento que ele assumiu o governo do estado de forma definitiva. Lindoso, nos mostra como agiu Pedro Velho neste meio tempo.

Na assembléia constituinte, Pedro Velho ligou-se imediatamente ao Partido Republicano Paulista (PRP), apoiando-o em todos os momentos, inclusive em suas lutas contra o “jacobinismo” militar. No Rio Grande do Norte foi o representante mais típico do federalismo republicano, da defesa da autonomia estadual e da descentralização, enfrentando a liderança de Amaro Cavalcanti, que representava no Estado a corrente centralizadora e industrialista.³⁵

O processo de legitimação do poder foi uma batalha, não se podia esperar algo de diferente, tanto entre a classe dominante e as classes subalternas, como entre as próprias classes de poder. Com relação as classes subalternas, essas foram dominadas pelos grandes coronéis, para por determinada facção no poder, com relação as classes dominantes, a questão esta ligada ao prestígio que estas últimas tem. “No Estado, portanto, o período que marcou a luta pelo poder entre as várias facções e a consolidação das oligarquias republicanas cobriu o interregno que foi da proclamação até a sucessão de Pedro Velho [...]”³⁶

Somente no governo de Prudente de Moraes e Campos Sales que se cristalizou, de uma forma duradoura a hegemonia dos Republicanos Civis. O que podemos tirar a partir da proclamação e da descentralização do poder a partir deste regime, é que esta última, viabilizou e concretizou o surgimento e a dominação das oligarquias.

³⁵ LINDOSO, José Antonio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à Política do Seridó*, p. 17.

³⁶ *Ibid.*, p. 19.

Como já foi dito antes Pedro Velho formou um secretariado para seu governo provisório, que mais tarde, foi retirado do poder, e posteriormente anunciado o nome de outro homem por Deodoro para governador, então presidente, assim a 6 de dezembro de 1889, Adolpho Gordo, assumiu o Governo do Estado. Porém sua nomeação causou problemas a nível estadual, já que o mesmo não era do estado e seu secretariado detinha nomes de fora também não sendo bem querido. Saindo assim do governo em fevereiro do ano seguinte.

Com o fim do Governo de Adolpho Gordo assume o poder Xavier da Silveira, foi durante seu governo que ocorreram eleições para Constituinte Federal, na qual Pedro Velho consegue eleger membros de sua facção derrotando o Centro Republicano 15 de Novembro.

No ano de 1890, quem sobe ao poder é João Gomes Ribeiro, quase um mês depois este homem foi substituído por Nascimento Castro da facção de Pedro Velho. Mas Logo em seguida esse suposto domínio seria prejudicado, pelas atitudes de Pedro Velho. A justificativa para isso estava nos quadros nacionais, quando este último e José Bernardo votaram, nas eleições para presidente da República de 25 de fevereiro de 1891, no Congresso Nacional, em Prudente de Moraes, e não no Marechal Deodoro, apoiando assim o PRP.

A reação de Deodoro se abateu sobre os “paulistas” e os seus aliados de forma implacável. A 28 de fevereiro de 1891, Amintas Barros foi nomeado governador do Estado, promovendo a derrubada dos elementos pedrovelhistas; em abril o próprio Pedro Velho foi exonerado do cargo de 1 Vice-Governador. A cisão era inevitável: Miguel Castro, Antonio Garcia, Almino Afonso e Oliveira Galvão se alinharam as hostes deodoristas, formou um grupo majoritário que marginalizou Pedro Velho e José Bernardo, aliados aos “paulistas”[...].³⁷

³⁷ LINDOSO, José Antonio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à Política do Seridó*, p. 22.

Pedro Velho e José Bernardo foram acusados de falta de lealdade administrativa, nesse momento há um clima de disputas no ar, nesse momento estavam a se decidir as vagas para o Congresso Estadual, o que Pedro Velho pode observar foi a derrota de sua chapa nas urnas. E neste mesmo ano o deputado federal Miguel Castro, foi eleito governador do Estado.

A crise política que tomava conta do Brasil, devido a estas tensões e indefinições a cerca do poder, leva o Marechal Deodoro a dissolver o Congresso Nacional, em um golpe que ficou conhecido como “Golpe Lucena”. A resposta a esse acontecimento foi imediata, pressão vinda de todos os lados, seja das forças majoritárias do país, do congresso, do exercito até greve operaria por parte da população, essas atitudes fizeram com que o Marechal Deodoro renunciasse ainda no ano de 1891. Com isto, o Brasil passa a ser dirigido por Floriano Peixoto, que ira derrubar os elementos deodoristas, e deu inicio a o processo de descentralização do poder e autonomia do Estado.

Enquanto isso no Rio Grande do Norte, com a queda do Marechal Deodoro cai também o governador que estava ao seu lado nas pretensões políticas, Miguel Castro, então governador é destituído do cargo, dentro de um processo legal, que dissolveu o congresso estadual e convocou novas eleições. Nesse processo foram excluídas facções dissidentes, assim finalmente no ano de 1892, na posse como governador constitucional, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Em 1892, ele foi eleito governador do estado pela assembléia legislativa, tendo como vice Silvino Bezerra de Araújo Galvão, representante de chefes políticos do Seridó e irmão do “coronel Zé Bezerra”. A transição republicana no Rio Grande do Norte se dava, assim, sem nenhuma transformação nas estruturas de poder existente no estado.³⁸

³⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução a História do Rio Grande do Norte*, p. 213.

A luta pela consolidação do poder da Oligarquia dos Albuquerque Maranhão se deu ainda durante todo o período em que Pedro Velho governou o Rio Grande do Norte. Durante este governo muitos foram os embates ocorridos, e a decisão de colocar seu irmão Augusto Severo, na sua vaga na Câmara Federal, gerou crítica e insatisfações, porém no fim este último acabou por se eleger. Não foram poucos, também, os atritos com o presidente Floriano Peixoto, o governador em muitos casos negava-se a atender determinados pedidos feitos pelo presidente, as divisões a nível federal acabava por enfraquecer as oposições locais o que beneficiava o governador que impunha em muitos casos a sua vontade.

Não demorou muito para Floriano Peixoto declarar guerra a Pedro Velho, autoridades federais com ligação ao mesmo estavam sendo substituídos. Floriano Peixoto ainda trata de enviar para o Rio Grande do Norte o 34º Batalhão, liderado por Virgínio Napoleão Ramos que veio com o intuito de depor Pedro Velho. Apesar de todo um cenário de falsa paz, pelas costas o então presidente Floriano Peixoto confabulava para tirar Pedro Velho do poder, este último, mesmo sem saber exatamente o que preparava Floriano Peixoto, não deixou de se precaver. E assim que declarada as intenções de Floriano Peixoto, embates constantes foram travados entre o 34º Batalhão e a polícia.

Muitos contavam com a derrota de Pedro Velho e o fim do seu governo, porém este último resistiu bravamente, e com a vitória de Prudente de Moraes, seu sucesso foi garantido. Colocaram de volta no poder todos os seus correligionários que haviam sido depostos por Floriano e afastou o Coronel Virgínio Ramos. Assim Pedro Velho termina seu mandato, fortalece a oligarquia e firma uma dominação que só terá fim por volta de 1913-14.

3 O PEDROVELHISMO

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal, na rua Chile, no dia 27 de Novembro de 1856. Tendo como progenitores, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e de D. Feliciano Maria da Silva e Albuquerque. Seu professor de primeiras letras foi, Antonio Ferreira de Oliveira. Começou seus estudos secundários no Ginásio Pernambucano, de Recife e, depois, na Bahia concluiria os referidos estudos, no Colégio Abílio. Iniciou o curso de Medicina em Salvador, porém, teve que se afastar da faculdade por problemas de saúde. Voltando a estudar obteve grau em bacharel em ciências médicas, defendeu a tese sobre "Condições Patogênicas das Palpitações do Coração e dos Meios de Combatê-los", no dia 4 de abril de 1881 na cidade do Rio de Janeiro.³⁹

Casou-se com D. Petronila Florinda Pedrosa, no mesmo mês e ano que apresentou sua tese, após o casamento Pedro Velho, então, regressou ao Rio Grande do Norte, fixando residência em São José de Mipibu, onde passou pouco tempo, posteriormente foi morar em Natal em definitivo. Como médico, destacou-se nas especialidades de cardiologia, ginecologia e obstetrícia. Como professor, fundou o Ginásio Rio-Grandense (1882 a 1884) e ensinou História Geral e do Brasil no Atheneu Norte-Rio-Grandense, no qual entrou por meio de concurso.

Diógenes da Cunha Lima, ao escrever sobre Pedro Velho, considerou o tempo em que o mesmo permaneceu no poder "a matriz da nossa história política republicana". Como já foi visto no capítulo passado, a figura de Pedro Velho esteve sempre presente nas questões políticas, mesmo quando não era a autoridade maior do Estado, no qual exerceu grande influência política, um homem que por quase duas décadas dominou o cenário político Norte-Riograndense.

³⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Fascículo 7. Cadernos especiais História do Rio Grande do Norte.* <http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/hist_rn_7k.htm> acessado em 10/11/2006.

É assim que relata Diógenes da Cunha, o homem Pedro velho com relação a sua liderança e prestígio frente a população:

Tento estabelecer as razões de sua liderança, de sua dominação e me vem a memória o retrato na parede, o rosto sério, os traços fortes, os óculos redondos de arco de ouro, a cabeleira farta, a elegância tão notada por seus contemporâneos. Exerceu uma liderança carismática com total confiança do povo a ponto de consciente de que faria todos os deputados e senadores do seu partido, preocupar-se com excessiva dominação e lembrar que era preciso eleger também alguém da oposição. Não seria o líder santo nem o herói. Seria antes o homem exemplar, motivador da obediência do povo, do respeito do consentimento, da adesão fácil da comunidade. Seu nome Albuquerque já trazia para o povo as lembranças de mando e heroísmo do passado[...]⁴⁰

Ainda a respeito da figura de Pedro Velho, Câmara Cascudo tece os seguintes comentários:

[...] Orador esplêndido, claro, empolgador, espalhando uma vibração incontida de movimento e de sedução, jornalista magnífico, cultura literária disciplinada, oportuna, justa e certa na citação infalível, memória de estatística, gesto largo, teatral, majestoso, impressionador, voz quente, plástica, apta a qualquer desejo de queixa ou de ou de estertor, vocabulário rico, luzidio, vestindo de novo a velha idéia aposentada pelo uso, mímica insubstituível, escolhidas com requinte de conhecedor, todos os detalhes que a inteligência e a vontade podem dar a um homem, Pedro Velho conseguiu ou findara possuindo.⁴¹

Além de todas essas qualidades que foram verificadas pelos mais diversos estudiosos, o fato de pertencer a uma família com uma considerável tradição em conquistas, como bem citou Diógenes da Cunha Lima, de certa forma nos mostra como Pedro Velho estava predestinado a ser um líder nato. Os feitos dos seus antepassados atraíram para ele um prestígio de grandes proporções que de uma forma ou de outra colaborou para o seu “sucesso” com a população.

⁴⁰ LIMA, Diógenes da Cunha. *Projeção de Pedro Velho no Estado*, p. 38.

⁴¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Fascículo 7*, p. 103.

Como já foi dito anteriormente Pedro Velho tornou-se médico no ano de 1881, e posteriormente exerceu o ofício de docente, vendo nessas duas profissões um chamado de auxílio ao povo. Sentindo uma necessidade de expandir seus préstimos além da medicina e dos muros das escolas, estendendo-se ao Estado de onde certamente ele acreditava poder fazer mais pela população. E ao observarmos os ofícios que o mesmo exerceu podemos notar que ele realmente tinha essa preocupação.

Em verdade de muitas maneiras se evidencia a preocupação de Pedro Velho com a conscientização de cada um da população. Um fato demonstra bem as suas idéias. Quando a 27 de Janeiro de 1889, Pedro Velho criou o Partido Republicano, contrário obviamente à monarquia imperante, à ata dos trabalhos fez aludir aos movimentos revolucionários republicanos de 1817 e 1824, na linguagem da ata “tragicamente afogados no sangue dos partidos”. Após Pedro Velho, orador, lembrou a criação de um jornal ou revista que desse conta do progresso do partido no país[...]⁴²

Assim Pedro Velho bota em prática as suas idéias e cria o jornal, *A República*, que era um órgão do Partido Nacional, que tinha função de informar a população sobre os progressos da República. Considerado por muitos contemporâneos e estudiosos um excelente orador, sedutor, um homem de carisma que era capaz de trazer para si todo “amor” da população, admiração e confiança, como já foi dito anteriormente. Um homem comprovadamente culto.

Cumpridor de seus compromissos, homem de prestígio, nenhum outro homem teria no Rio Grande do Norte qualificação melhor para proclamar a República nesse Estado. Pedro Velho foi louvado por muitos, pelas suas ações enquanto governador do Rio Grande do Norte, pela sua conduta política e administrativa. “criou a inspetoria de higiene, Superior Tribunal de Justiça, com cinco desembargadores, a chefatura de policia, Montepio dos funcionários públicos, estendeu a sua influência na política nacional. Recusou-se

⁴² LIMA, Diógenes da Cunha. *Projeção de Pedro Velho no Estado*, p. 39.

sucessivamente a ser Vice-Presidente da República e ser ministro”⁴³. Podemos mais uma vez observar que o reconhecimento do trabalho de Pedro Velho enquanto político era reconhecido nacionalmente.

Mas segundo Diógenes da Cunha Lima, o legado maior de Pedro Velho, foi a influência e o exemplo que este mesmo deixou para os seus sucessores. É difícil e até impossível imaginar quantos líderes e políticos se espelharam em Pedro Velho nas suas ações. Para o autor, este legado de Pedro Velho faz com que dificilmente algum outro o possa atingir.

É no segundo Governo de Pedro Velho, com a nomeação de seu irmão Alberto Maranhão, para o cargo de secretário do Estado, que marca o início da oligarquia Albuquerque Maranhão. Fundada por Pedro Velho, continuada por Alberto Maranhão e Tavares de Lira, é ainda neste governo de Pedro Velho que se consolida a República no Estado do Rio Grande do Norte.

Já foi visto no capítulo anterior como se define oligarquia e como se formou a dos Albuquerque Maranhão, reforçemos agora o conceito de oligarquia trabalhado aqui que nos leva a ação direta do nepotismo no governo de Pedro Velho.

Na formação política da sociedade brasileira, observou adequadamente Edgar Carone, a oligarquia adquiriu um conceito mais específico: “o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal”. No Brasil, a oligarquia é o governo exercido pela parentela, mesmo que o chefe do governo tenha sido eleito diretamente pelo povo, os cargos mais importantes da burocracia governamental são entregues pelo chefe do governo, aos seus parentes mais próximos: Esposa, irmãos, cunhados, primos, sobrinhos, tios, e até mesmo futuros genros e noras. Esta inserção da parentela na hierarquia do poder, faz-se desde a cúpula até a base. Ligados intrinsecamente ao fenômeno oligarca estão o nepotismo, o clientelismo, o tráfico de influência, a corrupção e o costume brasileiro de tratar o “res” (coisa) pública como sendo uma “res” privada, tudo isso nos veio da Europa do século XVI, através da colonização luso-espanhola.⁴⁴

⁴³ LIMA, Diógenes da Cunha. *Projeção de Pedro Velho no Estado*, p. 42.

⁴⁴ SOUZA, Itamar. *Abolição e Oligarquia. Fascículo 4. Cadernos especiais História do Rio Grande do Norte.* <http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/hist_rn_8k.htm>, acessado em 10/11/2006.

Mais uma vez nos leva a crer que, o regime republicano favoreceu e muito as oligarquias, e que, por sua vez, a oligarquia estava baseada na estrutura familiar patriarcal, nos levando a um nepotismo, já que as famílias que detém o poder querem conservá-lo assim, dentro de suas famílias.

Com relação a família Albuquerque Maranhão vejamos um caso típico:

A marca registrada do governo de Pedro Velho foi manter sempre os interesses da sua oligarquia, antecedendo aos do partido. Prova dessa tendência foi o empenho de nosso primeiro oligarca em indicar o seu irmão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão para disputar a sua vaga, na câmara federal, aberta quando veio assumir o governo. Apesar da oposição de outros chefes políticos, Augusto Severo foi eleito a 2 de maio de 1892. Entretanto essa eleição não foi homologada, sendo posteriormente anulada em todo país. Finalmente, no novo pleito realizado a 23 de Abril de 1883, onde mais uma vez Pedro Velho impôs a candidatura do seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão foi eleito para Câmara Federal. Pedro Velho ainda conseguiu nomear seu outro irmão, Alberto Maranhão, secretario da sua administração.⁴⁵

“A história da sociedade nordestina e, particularmente do Rio Grande do Norte, está marcada pela presença desta família desde o início da colonização”, é assim que Itamar de Souza em seu livro, *A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, inicia a descrever a importância da família Albuquerque Maranhão. Uma família que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, era a mais representativa da burguesia agro-comercial-exportadora do Rio Grande do Norte⁴⁶.

Foi esta família comandada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão que liderou o movimento republicano e dominou o Rio Grande do Norte por 28 anos. Desde o insucesso da Revolução de 1817, procurava-se alguém que reunisse todas as qualidades de um grande líder para levar adiante as idéias do Partido Republicano em formação. Esta escolha recaiu sobre o próprio Pedro Velho. De imediato ele mobilizou sua capacidade

⁴⁵ SOUZA, Itamar de. Líderes e oligarquias *Fascículo 8*. Cadernos especiais História do Rio Grande do Norte. <http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/hist_rn_8k.htm>, acessado em 10/11/2006.

⁴⁶ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*. Natal: [s.e.], 1989. p. 117.

aglutinadora, reunindo em torno dos ideais republicanos amigos, parentes e admiradores para fundar o Partido Republicano no Rio Grande do Norte. A reunião ocorreu a 27 de janeiro de 1889 na residência de João Avelino – onde por muito tempo funcionou o Grande Hotel, na Ribeira.

Para divulgar o ideário republicano, Pedro Velho empenhou-se em publicar um jornal, *A República*. Apelou para José Leão, um republicano potiguar que vivia no Rio de Janeiro, que solicitou ao engenheiro Ferro Cardoso que mandasse um prelo para editar o referido jornal. O equipamento enviado de Paris pelo engenheiro era de pequenas dimensões. Assim começou a ser publicado o jornal *A República*, e desta maneira, o ambiente estava preparado para aceitar o novo regime político.

Em todo país, os republicanos ocupavam cada vez maior espaço e avançavam celeremente na organização de suas agremiações. No Rio Grande do Norte, a atividade dos republicanos não era menor do que a dos outros Estados, a qualquer momento a Monarquia deveria sucumbir. Finalmente no dia 16 de novembro, já proclamada a República na capital federal, o Ministro da Justiça, Aristides Lobo, telegrafou a Pedro Velho mandando que ele proclamasse a República no Rio Grande do Norte e assumisse o poder.

3.2 O poder de Pedro Velho

Com a República proclamada e a autorização de Aristides Lobo para assumir o poder, Pedro Velho foi aclamado Governador do Estado, porém esse governo durou poucos dias. No dia 30 de novembro, o governo provisório da República nomeou o Dr. Adolpho Afonso da Silva Gordo para governar o Estado, apesar da frustração, Pedro Velho recebeu com festividade Adolpho Gordo. Vários republicanos históricos, que ficaram a margem do processo político estadual, consideravam Pedro Velho um usurpador.

Liderados por Hermógenes Tinoco, eles fundaram o “Clube Republicano 15 de Novembro” para fazer oposição ao “pedrovelhismo” nascente.

Pedro Velho aos poucos foi conquistando espaço no novo governo. Conseguiu que o Governo contratasse, sem concorrência e sem fiscalização, a abertura da estrada Natal-Macaíba com o seu pai, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão em 1890, dando trabalho à flagelados que se encontravam em Natal. Nesta obra foram gastos cerca de oitenta contos de réis e o trabalho ficou mal feito e incompleto. A estrada não passava de uma vereda que partindo de natal, terminava em Guarapes, onde Fabrício Gomes Pedroza, seu avô, erguera o seu empório comercial.

Uma das medidas que Adolpho Gordo tomou a fim de adaptar o Estado à realidade republicana foi baixar o Decreto nº 8, de 16 de janeiro de 1890, que dissolveu a Câmara Municipal de Natal e, ao mesmo tempo, criou um Conselho de Intendentes composto por cinco membros eleitos pela comunidade. Entre os primeiros intendentes, nomeado pelo Governador do Estado, estava seu avô Fabrício Gomes Pedroza, que foi escolhido como presidente da Intendência de Natal⁴⁷, permanecendo nesse cargo de fevereiro de 1890 até dezembro de 1895, no qual foi sucedido por João Avelino, primo de Pedro velho, e o Vice-Presidente da Intendência era Jovino Barreto, cunhado de Pedro Velho. Isto foi fundamental para a sustentação da oligarquia dos Albuquerque Maranhão.

Outra vitória de Pedro Velho foi quando ele conseguiu que o jornal *A República* fosse contratado pelo Governo do Estado por 1:200\$ réis, a publicação de todos os atos oficiais. Enquanto Elias Souto, jornalista de oposição, criticou este contrato, pois anteriormente os atos oficiais eram publicados por outros jornais a preço bem inferior.

Com o apoio de Amaro Cavalcanti, conseguiu a nomeação de um novo Governador para o Estado. O Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, que tomou posse no cargo em 10

⁴⁷ Naquela época o Presidente da Intendência da capital era também presidente da junta apuradora de todas as eleições.

de março de 1890. Ao mesmo tempo, Pedro Velho conseguiu ser nomeado Vice-Governador. Sob sua influência, Xavier da Silveira baixou o Decreto nº 26, de 19 de maio de 1890, isentando do pagamento de direitos de exportação os produtos da Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, pertencentes a seu cunhado Jovino Barreto.

No curto período em que foi Vice-Governador (de 19 de setembro a 7 de novembro de 1890), Pedro Velho assumiu provisoriamente o Governo do Estado e baixou o Decreto nº 51, concedendo ao seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão – e a outros amigos –, o privilégio, por 50 anos, para construir uma estrada de ferro, de Areia Branca a Luiz Gomes. Para proteger a indústria açucareira do seu irmão Fabrício, proprietário da usina “Ilha do Maranhão”, em Canguaretama, baixou o Decreto nº 71, de 6 de novembro de 1890, elevando a 10% o imposto que pagam os açúcares refinados que tenham entrado no Rio Grande do Norte, vindos quer de outros estados quer do estrangeiro.

Pedro Velho aproveitou o ensejo das eleições de 15 de novembro de 1890 para integrar num só grupo, sob a sua liderança, os diversos núcleos republicanos do Rio Grande do Norte.

Naquela época, só 37 municípios do estado estavam subordinados a dois distritos eleitorais. Um compreendia Natal e mais dez municípios da região litorânea, onde predominava a liderança da família Maranhão; outro agrupava o restante dos municípios espalhados no interior potiguar. Neste segundo distrito eleitoral, destacavam-se duas grandes lideranças: no Seridó, a do Cel. José Bernardo de Medeiros, “Bispo do Seridó”, que, com os seus amigos e compadres, dominava politicamente aquela região; no Oeste, era inconfundível a hegemonia política do Cel. Francisco Gurgel de Oliveira que, de Mossoró, irradiava a sua liderança sobre os demais municípios oesteanos.⁴⁸

Num trabalho bem conduzido e de estratégia aglutinadora, Pedro Velho conseguiu atrair todas as grandes lideranças para a chapa do Partido Republicano. Assim foram para o senado: José Bernardo de Medeiros, José Pedro de Oliveira Galvão – parente de Pedro

⁴⁸ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, p. 121.

Velho – e o erudito Dr. Amaro Cavalcanti. Para Deputado Federal, foram Pedro Velho, Dr. Antonio de Amorim Garcia, Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Dr. Almino Álvares Affonso. Todos estes eleitos com expressiva votação, destacando-se o Dr. Almino Affonso.

Tendo sido eleito pelo Congresso Estadual, Pedro Velho assumiu o Governo do Estado no dia 28 de fevereiro de 1892 e terminou o seu mandato a 25 de março de 1896. Apesar de sua formação em medicina, o seu governo teve como característica a organização do Estado Republicano no Rio Grande do Norte. Ao assumir o Governo do Estado, foi obrigado a deixar a Câmara Federal. Muitos ambicionavam esta vaga como Nascimento Castro e Janúncio da Nóbrega. Este último no momento era deputado estadual, e sua candidatura foi defendida pelo Senador José Bernardo junto a Pedro Velho. Porém, acima dos interesses do Partido, pairavam os imperativos oligárquicos. O candidato, que venceu as eleições, indicado por Pedro Velho foi seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que também era deputado estadual.

Apesar de esta eleição ter sido anulada pelo Congresso Nacional, em 23 de abril de 1893, foi convocada outra eleição e Pedro Velho indicou novamente seu irmão, que desta vez teve como opositor Tobias do Rego Monteiro. Não obstante ter sido derrotado outra vez no Seridó, Augusto Severo saiu vitorioso em todo o Estado. E em junho de 1893, era reconhecido pelo Congresso Nacional. Enquanto a oposição crescia ao seu redor, Pedro Velho foi se protegendo com a família. Em julho deste mesmo ano, nomeou seu irmão, Alberto Maranhão, a Secretário do Governo.

A popularidade e poder político de Pedro Velho eram tão grandes que na ocasião das eleições para presidente de 31 de março de 1894, Prudente de Moraes saiu com 10.606 votos conquistados no Rio Grande do Norte. Para o senado foi eleito Dr. Almino Afonso, e os quatro deputados: Augusto Severo (seu irmão reeleito), Tavares de Lira (seu primo e

genro), Francisco Gurgel e o Dr. Junqueira Aires. Em decorrência do seu prestígio junto a Prudente de Moraes, Pedro Velho conseguiu a nomeação de seu primo, João Lira de Tavares para o cargo que controlava toda a comunicação do Estado, o de Administrador dos Correios no Rio Grande do Norte.

Pedro velho elegera todos os seus candidatos. Amaro Cavalcanti candidatara-se mas ouço ultrapassou os mil votos. Almino Afonso veio com 8.781. além de Almino para o Senado, reelegia-se Augusto Severo para a Câmara e também Francisco Gurgel que passara à “federal”. Apareceu então o jovem Augusto Tavares de Lyra, [...] (na vaga de Pedro Velho). A novidade da bancada era o engenheiro Luis Francisco Junqueira Aires de Almeida, [...] foi votado pelo processo do *rodízio* [...] que era a votação correligionária num nome extra-chapa oficial.⁴⁹

Com as nomeações do Bel. Affonso de Albuquerque Maranhão para o cargo de promotor público da comarca de São José de Mipibu e o ingresso de Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão, seu irmão, para a vida política – acumulando o cargo de deputado estadual e Presidente do Congresso Estadual, hoje Assembléia Legislativa; e Presidente da Intendência de Canguaretama –, a oligarquia Albuquerque Maranhão, no final do século XIX, já dominava a Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava, apenas, dominar diretamente o Governo do Estado.

Para continuar a política oligárquica de Pedro Velho, ele escolhe para lhe suceder o Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Um pernambucano radicado no Rio Grande do Norte, que já governara o Estado quando uma Junta assumiu o governo no curto período de 28 de novembro de 1891 a 22 de fevereiro de 1892. Porém, antes de entregar o Governo do Estado ao seu sucessor, Pedro Velho ajeitou para que Affonso Maranhão Filho, que não era engenheiro, fosse nomeado pelo Governo Federal para o cargo de engenheiro da Comissão

⁴⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 56-57.

de Melhoramento do Porto. Cargo no qual, segundo o autor Itamar de Souza, funcionou por muitos anos como “um cabide de emprego”, onde “havia mais protegido da oligarquia Albuquerque Maranhão do que grãos de areia nas dunas da Redinha”.⁵⁰

A eleição realizou-se a 14 de junho de 1895, saindo eleito Ferreira Chave que obteve 10.342 votos, enquanto o candidato da oposição, Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, recebeu apenas 705 votos. Foi a primeira vez que, no regime republicano, o povo escolheu diretamente um governador no Rio Grande do Norte.⁵¹

Como prova da sua lealdade a Pedro Velho, Ferreira Chaves, logo no início do seu governo, nomeou o Dr. Alberto Maranhão para o cargo de Secretário do Governo. Depois em julho de 1898, nomeou-o Procurador do Estado. Nesse momento, Pedro Velho era senador da República e contava com mais dois representantes do Rio Grande do Norte na Câmara Federal, que faziam parte da oligarquia Albuquerque Maranhão: Augusto Severo e Tavares de Lyra. Sua presença na capital da República em nada prejudicou a sua hegemonia no Estado, pelo contrário, tornou-a mais forte.

⁵⁰ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, p. 123.

⁵¹ *Ibid.*

CONCLUSÃO

Buscando compreender como se deu o processo de ascensão da família Albuquerque Maranhão passa por diversas fases, a princípio a chegada do primeiro Albuquerque as terras recém descobertas, Jerônimo de Albuquerque, irmão da esposa de Duarte Coelho donatário da capitania de Pernambuco, que em meio as disputas pela posse da terra destaca-se pelos seus feitos.

O que pode ser observado foram os nomes que se destacaram um após o outro, desta família que impressionou pela capacidade de liderança, pelos seus feitos e a notável inteligência, que lhes deram local de destaque na História do Rio Grande do Norte quiçá do Brasil. Os feitos dessa família lhes renderam a posse da terra que mais tarde lhes dariam lugar de importância econômica, além do lugar já ocupado pelos feitos em combate.

Como sabemos quem possuía terras no Brasil teve o privilégio de fazer parte de uma elite seleta que dominou o poder das localidades em que se situava. Não foi diferente com a família dos Albuquerque Maranhão, tendo como região de destaque o engenho de Cunhaú. Assim dominaram a economia da capitania, com a produção de açúcar e também pelo comércio. É dessa família que fez parte Pedro Velho. Médico e educador trouxe no nome a marca dos vencedores. Fundador do Partido Republicano foi responsável pelo estabelecimento da família Albuquerque Maranhão no poder, e pela formação da primeira oligarquia.

Quando exerceu a vida pública foi, aclamado e admirado pelo povo, ele exerceu o cargo de governador do Rio Grande Norte por duas vezes, consagrou-se por sua forma de governar. Apesar de parecer a muitos um homem de conduta admirável quando tratamos da questão política, não podemos esquecer que seu governo foi feito de mandos e

desmandos, e que sempre suas atitudes estavam intimamente ligadas às questões que beneficiassem sua família.

Vários exemplos a cerca disso foram citados no decorrer deste trabalho, seja beneficiando o crescimento econômico da família dos Albuquerque Maranhão, mexendo nas taxas de impostos para beneficiar o faturamento da sua família com relação ao açúcar ou qualquer outro tipo de atividade que a mesma exerceu. Um bom exemplo também seria mesmo que seu nome não constasse como autoridade maior do Estado, colocava no poder gente de sua confiança para ficar responsável pelos mandos e desmandos dentro do Rio Grande do Norte mesmo que ele, Pedro Velho não fosse o governador.

Mais o fato mais marcante com certeza foi à alteração da constituição para que Alberto Maranhão pudesse vir a ser o governador do Estado do Rio Grande do Norte. Enfim, tudo que uma política Republicana poderia proporcionar, a autonomia de cada Estado que proporciona que todos esses fatos possam acontecer.

A Proclamação República trazia consigo um ideal democrático que não vingou, ao invés disso proporcionou o monopólio de determinadas famílias no poder, já que nossa sociedade era baseada na família patriarcal. Foi assim que dominaram o cenário político, já que a economia era dominada por eles, a família Albuquerque Maranhão.

O que vimos durante todo o governo de Pedro Velho foram os favorecimentos dado a sua família, tanto nos cargos públicos como em relação as medidas econômicas que favoreciam estes últimos. Ou seja, o nepotismo estava efetivamente ligado a oligarquia, é possível até dizer que não existe oligarquia sem nepotismo. Pedro Velho dominava o Estado juntamente com seus parentes, homens de confiança, que o ajudariam a continuar no poder, mesmo que não fosse o dirigente maior do Estado. Pois, não sendo assim, a oligarquia Albuquerque Maranhão não passaria duas décadas à frente da política Norte Rio grandense.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, José. **O Rio Grande do Norte no senado da República**. Brasília: [s.e], 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vida de Pedro Velho**. Natal: Departamento de Imprensa, 1956.

_____. In. *Fascículo 7*. Cadernos especiais da Tribuna do Norte. <http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/hist_rn_7k.htm>, acessado em 10/11/2006.

LACERDA, Paulo de Albuquerque. **Um Albuquerque entre outros...**

LEAL, Victor Nunes. **O coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Projeção de Pedro Velho no Estado**.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à Política do Seridó: O Rio Grande do Norte na velha República**. Natal: Coleção Humanas letras, 1992.

_____. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar. 1930/35**. Natal: EDUFRN, 1996.

MARANHÃO, Paulo. **A família Maranhão: do Cunhaú a Maraty**. Recife: COMUNIGRAF, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Engenho Cunhaú: à luz de um inventário**. Natal: Fundação José Augusto, 1993.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 3244.

_____, LIMA, Hermano Machado F. **História político-administrativa do RN. 1882-1930**. Natal: UFRN, 1987.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. São Paulo: Ática, 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano.** [s.l.]: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte 1889 – 1930.** Natal: [s. e.], 1989.

_____. Líderes e oligarquias. *Fascículo 8. Cadernos especiais da Tribuna do Norte.* <http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/hist_rn_8k.htm>, acessado em 10/11/2006.

_____. Abolição e Oligarquia. *Fascículo 4, cadernos especiais da Tribuna do Norte.* <http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/hist_rn_7k.htm>, acessado em 10/11/2006.

SUASSUNA, Luíz Eduardo Brandão, MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte: Império e República (1822-1934).** Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.

_____. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Sebo Vermelho, 2002.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte.** Natal: Departamentos Estaduais de Imprensa, 2001.